

Memória das Estrelas sem Brilho

José Leon Machado



Edições Vercial

Memória das Estrelas sem Brilho

Ficha Técnica

Título: *Memória das Estrelas sem Brilho*

© Copyright **José Leon Machado, 2008-2009**

Todos os direitos reservados.

Edições Vercial, Braga

2ª edição revista, 2009

Internet: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/evercial>

Ilustração da capa: Paul Driver

ISBN: 978-972-99038-7-8

José Leon Machado

Memória das Estrelas sem Brilho

Romance

2ª edição

Edições Vercial

*Ao meu bisavô António José Ribeiro
– in memoriam*

O capitão na peleja mais ama àquele cavaleiro que depois de haver fugido torna e aperta fortemente ao inimigo que ao que nunca volveu as costas e nunca fez alguma coisa de honra.

São Gregório

A morte devia ser um gesto simples de retirada, como do palco sai um actor secundário, não chegou a dizer a palavra final, não lhe pertencia, saiu apenas, deixou de ser preciso.

José Saramago

CAPÍTULO I

Fiquei em casa com a criada. A Aninhas e a minha mãe foram passar uns dias à Póvoa de Varzim. A tia Generosa tem andado adoentada e precisa de algum apoio. O Afonso, o meu filho mais velho, está para Coimbra no primeiro ano de Engenharia. O Pedro está no seminário de Braga a estudar para padre. A mais nova, a Inês, estuda num colégio feminino em Famalicão.

Custou-me a passar a primeira noite. Voltaram-me os pesadelos sobre a guerra e por isso, ao jantar, num impulso súbito e inexplicável, pois não sou, nem tenho pretensões a ser, um fornicador de criadas, pedi à Guiomar para se deitar comigo.

– Cruzes, sr. doutor! – exclamou ela muito ofendida enquanto poisava a terrina da sopa na mesa. – Eu sou uma rapariga séria.

– Eu sei que és, Guiomar. Por isso mesmo é que to peço.

– Não o entendo, sr. doutor. Ou está a mangar comigo, ou está a querer fazer de mim burra.

– Se te deitares comigo, eu prometo não te tocar.

– E acha que consegue? Sempre ouvi dizer que o fogo ao pé da palha... Além do mais, para que quer vossemecê que eu durma consigo?

– Não estou habituado a dormir sozinho e vêm-me pesadelos horríveis durante a noite. A companhia de outra pessoa faz com que eu durma bem. Prometo pelas cinco chagas que não te toco nem com um dedo.

– Ai minha Nossa Senhora! E se a Dona Ana vem a saber?

– Só se lhe fores contar.

– Mesmo assim, ela pode muito bem descobrir um cabelo na cama, ou até o meu cheiro, e põe-me no olho da rua.

– Sempre podes lavar a roupa.

– Não me fio disso sr. doutor. As mulheres, nessas coisas, são piores do que os cães.

– São perspicazes, queres tu dizer.

– Isso.

– Mas diz-me cá: E se eu te promettesse uma blusa e uma saia nova?

– Promessas são promessas e toda a gente sabe que as leva o vento. Mas, além de a Dona Ana poder vir a saber, tenho medo de que o sr. doutor abuse de mim. É que ainda nenhum homem me tocou e conto ir virgem para o altar, se um dia arranjar alguém que me queira.

– É claro que hás-de arranjar alguém. Uma rapariga como tu merece o melhor deste mundo e do outro. Vem cá, senta-te aqui ao pé de mim e ajuda-me a comer a sopa.

– Ai isso não, sr. doutor. O meu lugar é na cozinha. Vou ver o cozido que deixei ao lume.

A Guiomar saiu disparada da sala de jantar. Demorou alguns minutos a trazer-me a travessa do cozido. Poisou-a na mesa, retirou-me o prato fundo da sopa e ali se manteve de pé, à espera que eu me servisse. Tirei um coxão de frango, uma penca cozida e meia batata. A verdade é que não tinha grande fome.

Enquanto comia, observei-a de soslaio. Era uma rapariga a caminho dos vinte e cinco anos, um pouco desajeitada nos gestos, fruto da educação e do ambiente rústico em que vivera durante a infância. Tinha a pele muito branca, os olhos grandes e azuis. O cabelo castanho alongava-se em duas tranças. Era sólida, de anca larga e peito vasto. Por ser boa cozinheira, a Aninhas contratou-a, ainda era uma adolescente.

Comi em silêncio uma parte da coxa de frango, uma folha de penca e meia batata. Bebi um copo de vinho e ergui-me da cadeira.

– O sr. doutor não come mais nada? – perguntou ela.

– Não, Guiomar. Estou sem grande apetite.

– Mas comeu tão pouco...

– Não me sinto lá muito bem. Vou para o escritório ler qualquer coisa.

– Quer o sr. doutor que eu lhe leve daqui a um bocadinho um chá?

– Sim, agradecia.

Sentei-me numa das poltronas do escritório, junto à lareira acesa onde estava pendurado o símbolo boche de bronze com a águia e a frase *Mit Gott für Koenig und Vaterland* que eu trouxera da Flandres como espólio de guerra, peguei no *Húmus* do Raul Brandão e retomei a leitura. Daí a uma hora, entrou a Guiomar com a bandeja do chá. Fechei o livro, poisei-o num dos braços da poltrona e pedi à Guiomar que se sentasse na que estava em frente. Ela, por respeito à Aninhas, que ali se costumava sentar, recusou. Encheu-me a chávena, deitou-lhe três colherinhas de açúcar amarelo e passou-ma para a mão. Era um trabalho que a Aninhas costumava fazer para mim. Mas ela hoje não estava e a Guiomar sentiu-se na obrigação de a substituir.

– Sabe, sr. doutor, estive a pensar naquilo que me pediu.

– Começou por dizer com algum embaraço, esfregando as mãos espalmadas no avental.

– E então? – perguntei levando a chávena aos lábios.

– Se o sr. doutor me prometer que não abusa de mim, eu deixo-o ir dormir na minha cama. É pequena e o quarto é um bocado frio. Mas, se nos acomodarmos bem, haveremos de caber e o frio sempre se espalha com mais uma manta.

– Guiomar, és uma boa rapariga. Prometo que não te hei-de tocar. Já ganhaste a tua blusa e a tua saia nova.

– Então com a sua licença, vou preparar o quarto.

– Não exageres nas preparações. Vai-te deitando, que eu já lá vou ter.

– Não se esqueça de apagar as luzes e a lareira, não vá acontecer alguma desgraça.

Ela dirigiu-se para a porta e eu avaliei-lhe a figura por detrás. Não era uma mulher sedutora, mas o seu aspecto rústico não deixava de me atrair.

Retomo o livro e leio: «Só a insignificância nos permite viver. Sem ela já o doido que em nós prega, tinha tomado conta do mundo. A insignificância comprime uma força desabalada.» O livro depri-

me-me. Faço mais um esforço para terminar o último parágrafo do capítulo. «Estamos aqui todos à espera da morte!» Fecho o livro e fico algum tempo a olhar o símbolo boche.

Bati à porta do quarto da Guiomar, no sótão da casa. Ela pediu-me para entrar mas para não acender a luz. Foi às escuras que me despi deixando as roupas no chão e entrei na cama. Embora não fosse muito grande, cabíamos perfeitamente os dois. O quarto estava realmente frio.

– Aconchegue-se bem – ouvi-a dizer enquanto ajeitava as mantas à nossa volta.

Depois caímos ambos no silêncio. Consegui adormecer, mas a meio da noite, tive um pesadelo. Sonhei que se aproximavam milhares de boches. Alguém ao meu lado disparava com uma metralhadora *Lewis*. As balas eram como água e os inimigos não caíam, aproximando-se cada vez mais. As munições acabaram e um deles, de baioneta em riste, aproximou-se e enterrou-me num braço. Eu gritei de dor e a Guiomar tocou-me nos ombros muito preocupada:

– O que foi, sr. doutor? Que tem vossemecê?

Ao ouvir a sua voz, e tal como acontecia em situações semelhantes com a Aninhas ao lado, os boches transformaram-se em névoa e o pesadelo dissipou-se.

– Não foi nada, Guiomar – respondi estremunhado e a esfregar o braço ferido. – Foi só um sonho.

– Era da guerra, não era?

– Sim, era.

– O meu padrinho, que também lá andou, tinha desses sonhos ruins. Durma, não tenha medo, que eu estou aqui ao seu lado.

Adormecemos de novo e o pesadelo não voltou a visitar-me.

Pela manhã, acordei com a Guiomar voltada para mim. A luz que entrava pelas frestas da pequena janela oval era suficiente para eu poder ver. Admirei-lhe o rosto, cândido e adormecido, os olhos cerrados, um leve sorriso nos lábios. Fiz-lhe uma festa na testa e no cabelo. Ela suspirou ligeiramente. Depois abriu os olhos, fez um breve

esgar de estranhamento por me ver ali a seu lado, recuperando logo em seguida o sentido da realidade. Numa voz branda e preguiçosa, disse-me:

– Bom dia, sr. doutor. Dormiu bem?

– Sim, Guiomar, dormi bem. Obrigado pela companhia.

Levantei-me, procurei as minhas roupas espalhadas pelo chão e saí.

Nos dias que se seguiram, dormimos sempre juntos, sem, nas lides de casa, tocarmos nunca no assunto. Chegava a noite, ela ia para o quarto e eu ia ter com ela pouco depois. Adormecíamos ao lado um do outro e acordávamos, invariavelmente, agarrados um ao outro. Não voltei a ter pesadelos.

Alguns dias depois, quando supervisionava na adega da casa os pipos de vinho branco com o Delmiro, um dos meus jornaleiros, perguntei-lhe, como quem não quer saber:

– Quando te casas tu, rapaz? Já vai sendo mais que tempo.

– Pra casar, sr. doutor, é preciso ter com quem.

– E não terás tu habilidade para conquistar uma das raparigas da freguesia?

– Não há muitas disponíveis, sr. doutor. E as que há querem homens com bom emprego ou com alguma coisinha de seu. E eu, bem sabe vossemecê, não tenho nem uma coisa nem outra.

– Olha que a Guiomar é boa rapariga e não te iria dizer que não – disse eu a atirar o barro à parede a ver se pegava.

– A Guiomar? – espantou-se o rapaz.

– Sim, a Guiomar.

– Mas ela é afilhada dos meus pais. É quase da família.

– E que tem isso?

– E que tem isso? Os afilhados não podem casar com os filhos dos padrinhos.

– Essa é nova para mim.

– Há-de o sr. doutor perguntar ao padre Ruas. Diz que está escrito nos livros.

– No Direito Canónico, queres tu dizer.

– Sim, nisso. A Igreja proíbe o casamento porque diz que é no cesto.

– Talvez queiras dizer incesto.

– Incesto, ou no cesto, é tudo a mesma coisa. Enfim, é como se fôssemos irmãos. Mas irmãos em Deus.

– Pois sim. Mas o Direito Civil, que manda mais do que o Direito Canónico, permite o casamento nessas situações. Por isso, não há nenhum impedimento legal. O padre tem de vos casar, quer queira, quer não.

– Isso bem pode ser assim. O sr. doutor, que estudou leis, saberá mais do que eu, que sou de poucas letras. Mas o mais importante é se ela gosta de mim.

– E quem te disse a ti que não? Quando passas, não te tira os olhos de cima.

– Deveras?

– Pois é o que eu te digo. Ainda há dias ficou preocupada quando eu te mandei a um recado a Soutelo e já era noite e nunca mais chegavas.

O Delmiro ficou silencioso por alguns instantes, a meter a torneira no pipo.

– Então ela gosta de mim? – acabou por dizer, como se estivesse a falar com os botões da própria jaqueta.

– Quando a vires a jeito, vai ter com ela e pede-lhe namoro. Tenho a certeza de que ela aceita.

– Vossemecê acha?

– Pois claro que acho. Mas ouve lá – acrescentei meio a sério, meio a brincar –, não quero aqui poucas vergonhas em minha casa, ouviste? O respeitinho é muito bonito. Por isso, logo que ela aceite o namoro, vais falar com o padre e casas-te com ela.

Ele riu-se e prometeu-me que não lhe tocaria num cabelo que fosse até o padre lhes dar a bênção. Para ajudar no início da nova vida de casado e para ter com que sustentar a mulher e os filhos que viessem, prometi dar-lhe à exploração uma das minhas herdades, a melhor delas. Ele ficou contentíssimo com a notícia

e afiançou-me que, no Natal, ganharia coragem para ir falar no assunto à Guiomar.

– E porque não agora? – desafiei.

– Sabe, sr. doutor, é que tenho de apalpar primeiro o terreno. Ir aos poucos, como quem não quer nada. De outra guisa, posso espantar a perdiz. E depois no Natal sempre posso dar-lhe uma prenda. As mulheres apanham-se com prendas. Pelam-se todas por um chapéu ou um lenço.

– Vejo que sabes muito de mulheres.

– Não é por experiência própria, não senhor. Sabe, aprendi com as minhas irmãs. Ter duas irmãs em casa pode dar muito jeito nestas ocasiões.

– Que seja pelo Natal. Mas vamos lá ver se entretanto não deixas fugir a perdiz. É que pode muito bem aparecer outro caçador.

– Pode o sr. doutor ficar descansado, que a perdiz não há-de fugir para outro. Seja eu ceguinho.

E beijou o dedo polegar da mão direita em sinal de promessa.

Daí a dois dias, o carteiro veio trazer-me um telegrama da Aninhas a pedir que eu a fosse buscar à Póvoa. A tia estava melhor.

– Amanhã vou buscar a Dona Ana – disse eu à Guiomar quando estava à mesa para jantar.

– Sim, sr. doutor – respondeu ela um pouco desapontada com a notícia.

– Peço-te que ponhas flores na casa. Deve haver no jardim crisântemos. Estamos no tempo deles.

– Crisântemos, sr. doutor?

– E porque não?

– São flores dos mortos. Costumam pôr-se nas campas do cemitério.

– Mas parece-me que, de momento, não temos outras. E eu gostaria que a casa estivesse alegre para receber a Dona Ana.

– Vou ver o que se pode arranjar.

– Quanto ao nosso trato, Guiomar, confidencialidade.

– Confi quê, sr. doutor?

– Segredo, rapariga. Não fizemos mal nenhum. Mesmo assim, a Dona Ana não iria gostar de saber que tu andaste a partilhar a cama comigo.

– Pode estar o sr. doutor descansado.

Tirei da carteira três notas de vinte escudos e dei-lhas.

– Isto é para a blusa e para a saia nova. Se alguém te perguntar onde arranjaste o dinheiro, dizes que o juntaste.

– Mas isto é muito, sr. doutor.

– Sempre podes também comprar um chapéu e umas botas.

– Mesmo assim, ainda deve sobrar.

– Então guarda-o para o bragal de casamento.

A Guiomar ficou com as notas na mão, silenciosa por alguns momentos.

– Para o bragal?

– Pois claro. Para o bragal. Todas as raparigas devem ter um bragal, ou não? Que vergonha não seria se um noivo pedisse uma rapariga em casamento e ela se esqueceu de arrecadar os lençóis para o novo lar?

Ela pareceu alegrar-se com a ideia. Guardou as notas no bolso e disse com alguma hesitação:

– Desculpe a pergunta, sr. doutor, mas hoje à noite também...

– Sim, Guiomar, se tu não te importares, vou lá ter ao quarto.

– Não me importo, sr. doutor. Não me importo mesmo nada.

E foi à cozinha buscar-me a febra grelhada a abanar-se como um peru.

Quando, daí a duas horas, me despedi do Raul Brandão e subi ao sótão, encontrei o quarto vagamente iluminado pelos raios da lua cheia que as frestas da janela oval deixavam penetrar. Deitei-me ao lado da Guiomar e ela, ao contrário das outras noites, voltou-se para mim e cobriu-me a cara de beijos. Enquanto me beijava, senti-lhe as lágrimas. Tentei acalmá-la com palavras de conforto e meiguices.

Mas a moça estava fora de si e a minha serenidade começou a vacilar. Pegou-me numa das mãos e guiou-me até um dos seus peitos. Eu resisti, o que a fez perguntar:

– O sr. doutor não gosta de mim?

Eu disse-lhe que gostava, mas que não estava ali para me aproveitar dela. E fiz o gesto para me levantar e ir embora.

– Não vá, fique comigo. É a última noite. Faça-me feliz. Eu sei bem que nunca conseguirei arranjar quem me queira. É uma ilusão. Sou demasiado feia para que algum homem me queira.

– És uma bela rapariga. Hás-de arranjar um homem honesto e bom que te fará feliz.

Ela sentou-se sobre mim, soltou o cabelo e, apesar do frio do quarto, tirou a camisa de noite. Beijei-lhe o peito avantajado, demorei-me nos mamilos, enquanto lhe acariciava as costas, os ombros e o pescoço. Enquanto isso, ela esfregava o sexo nas minhas virilhas com alguma violência, como se possuída de algum demónio matreiro. Meti a mão sob as suas coxas e senti-lhe a humidade e a palpitação. A Guiomar suspirava e chorava, não sei se de prazer, se de tristeza. De dor não me parecia, pois ainda não a tinha penetrado. Pedi-lhe com meiguice que se deitasse de costas, percorri-lhe o corpo com a boca e as mãos. Rodeei-lhe o púbis, mordisquei-lhe o nervo e suguei-lhe o cheiro e a humidade do sexo. Enquanto o fazia, senti-lhe as mãos a afagarem-me o cabelo. O choro cessara e ouvia-lhe suspiros entrecortados por palavras soltas: Ai meu Deus! Ai Jesus! Estou no céu!

Sabia que aquele momento poderia ser perigoso. A moça estava excitada e, se me deixasse levar pelo momento, poderia engravidá-la. Penetrei-a devagar, abrandando a urgência da natureza. Não foi difícil a entrada, desimpedida pela excitação. Se era virgem, não dei pela diferença. Também não vi nenhum sangue a comprová-lo. Ter-me-ia a moça mentido a respeito da virgindade? Poderia tê-lo feito. Mas o facto de não haver sangue, de acordo com o que um amigo médico um dia me explicara, não significava nada. Havia mulheres que não sangravam. Isso não me preocupou no momento. Fiz o meu papel

o melhor que pude e, depois de a moça ter gritado três ou quatro vezes, saí dela sem ejacular e deitei-me de costas. Tinha receio de a engravidar e de complicar-lhe a vida. E a minha, já agora. Estivemos alguns minutos assim, os olhos no forro do tecto, a recuperar o fôlego. Depois ela voltou-se para mim, com um sorriso de satisfação, encostou os mamilos ao meu peito e disse num murmúrio:

– Se isto não fosse pecado, tinha a certeza de que estava no céu.

– Isto não é pecado, Guiomar.

– Mas o padre Ruas, na igreja, diz que é.

– Os padres também o fazem quando podem, em casa com as criadas.

– Lá isso... O padre de Esmoriz tem três filhos. Toda a gente sabe.

– Bem vês.

– Ai, sr. doutor, nunca pensei que fosse assim uma coisa tão boa. É que sempre ouvi dizer às mulheres mais velhas que isto doía e que só os homens ficavam consolados.

– Quando as pessoas gostam uma da outra, é bom para os dois.

– Mas o sr. doutor não parece lá muito satisfeito, pois não?

– Não quis que ficasses grávida, Guiomar, e por isso tirei antes de chegar àquilo que tu sentiste.

– Então o sr. doutor não sentiu nada? – perguntou admirada.

– Ver-te a sentir já me bastou.

Ela não se mostrou convencida e perguntou-me o que poderia fazer para me consolar. Disse-lhe que não valia a pena incomodar-se com isso. Eu estava bem. Ela agarrou-se a mim aos beijos, insistiu que não queria que eu ficasse a chupar no dedo. Expliquei-lhe então que ela, se quisesse, poderia fazer festas no meu pénis e, se não lhe causasse repugnância, poderia beijá-lo. Ela deve ter-se lembrado que eu não tivera nojo de lhe sugar os humores e lhe sentir os cheiros e aplicou-se com denodo, a ponto de eu daí a pouco explodir numa maré de fogo e de prazer.

Levantei-me cedo, peguei no *Ford* e fui buscar a Aninhas à Póvoa. Durante a viagem, prometi a mim mesmo que as aventuras de cama com a Guiomar terminaram. Era mau para o futuro da moça e péssimo para a relação com a minha esposa e os meus filhos, caso se viesse a saber. Além do mais, e com um empurrãozinho, haveríamos de ter casamento em breve.

À infidelidade matrimonial, certamente condenável pela moralidade vigente, não lhe dei mais importância do que daria a uma traquinice de garoto. O amor é para se dar e para se receber. O resto são preconceitos. Além do mais, não deixei de amar menos a minha esposa por causa deste episódio. Acusar-me-ão de machismo se eu disser que, no fundo, não gostaria de saber que ela era também uma promíscua e que, em vez de ir ter com a tia doente, teria ido passar uns dias fora com algum peralvilho.

CAPÍTULO II

Há quatro tipos de homens: os simples, como o Rato e os soldados que eu comandeï na Flandres; os vulgares, como o capitão Rebelo e os outros dois alferes da minha companhia; os demagogos, como os políticos que nos mandaram para a guerra lutar pelos seus interesses em nome da pátria; e os esclarecidos. Considero-me um homem esclarecido, com suficiente sentido de responsabilidade, embora dado a paixões como quaisquer outros, que me colocaram ao longo da vida em situações muitas vezes incómodas. Tenho procurado fazer o bem, não o bem cristão, de sacristia, que tem como fim o prémio *post mortem*, mas o bem desinteressado e solto de amarras e compromissos com um qualquer deus todo poderoso.

Faz hoje vinte anos que terminou a guerra. Para mim não terminou. De facto, há vinte anos que continuo, na minha cabeça, a arrastar-me pela lama da trincheira, a abrigar-me das balas e dos estilhaços, a ouvir o ribombar dos canhões e o matraquear das metralhadoras. Acordo por vezes a transpirar agarrado à Aninhas.

Há um sonho que se repete e que me deixa um sabor a sangue na boca. Eu apito e salto o parapeito da trincheira à frente do meu pelotão, a pistola apontada à terra de ninguém. Avançamos pela lama e pelos buracos dos morteiros depois de os canhões do nosso lado se terem calado. As metralhadoras e as espingardas boches começam a trautear. Os tiros passam-me por cima e ao lado. Todos nos lançamos ao chão e ninguém sabe se o vizinho está vivo ou morto. Os feridos gemem. São os únicos a dar sinal de si. O som das armas inimigas interrompe-se. Os boches poupam munições. Como comandante do pelotão, obrigo-me a levantar e apito para um novo avanço apontando um buraco em forma de cratera. Cerca de metade ergue-se e avança. Recomeça o trautear das armas de fogo. E é então em plena corrida que eu sinto o chumbo a perfurar-me o peito, a

estraçalhar-me o coração e a sair pelas costas, como se uma lança me tivesse atravessado. Caio devagar, as mãos no peito a tactearem a vida que se me escapa em forma de sangue, os olhos muito abertos na escuridão e uma dor atroz.

É um sonho estranho. Tanto mais que nunca participei em nenhum raide às linhas inimigas. Explico-o talvez pelo terror que todos os que estavam na linha da frente tinham de um dia vir um despacho de cima a ordenar um raide. Era raro, pois o Corpo Expedicionário Português na Flandres tinha como missão principal a defesa de posições e não a ofensiva. Mas às vezes o general da divisão, para mostrar serviço aos ingleses, ordenava o raide. A finalidade era quase sempre a mesma: capturar prisioneiros e espiar as trincheiras inimigas. Era rara a vez em que não houvesse homens que regressavam nas macas mortos ou feridos. E nós perguntávamo-nos para quê. Os soldados capturados eram praças ou graduados de baixa patente que pouco ou nada sabiam de ofensivas e contra-ofensivas. Cumpriam ordens como nós. E as linhas inimigas não eram muito diferentes das nossas: buracos de lama, sacos de areia à volta de pequenas construções para resguardo dos homens nos bombardeamentos pesados, num emaranhado de labirintos pontuados de ninhos de metralhadoras e charcos de água fedorenta.

Talvez a única diferença fosse que as indicações das nossas trincheiras estavam em inglês, incompreensível para a maior parte de nós, e as deles em alemão. Uma vez sugeri ao capitão da companhia que dissesse ao major do batalhão e que este transmitisse ao coronel na brigada para chegar ao general da divisão e este por sua vez sugerir ao general do Corpo Expedicionário, que, em *meeting* com os generais ingleses, mandassem traduzir para português o conteúdo das tabuletas que se espalhavam pelas trincheiras. O capitão olhou-me com ar de gozo e disse-me que a ideia também ele já a tivera, mas que a dependurara no cabide do abrigo ao pensar que, quando a proposta chegasse a quem de direito, provavelmente a guerra já teria acabado. Eu disse-lhe que estava muito otimista quanto ao fim da guerra. Ele riu-se:

– Ó Vasques, tu não percebeste. Esta guerra está aí para durar. Os do quartel-general estão tão entretidos a brincar com bandeirinhas coloridas, soldadinhos de chumbo e trincheiras pintadas a vermelho numa cartolina, que a guerra há-de acabar e eles nem darão por isso.

O capitão era muito animador. Felizmente falava assim apenas com os oficiais e um ou outro sargento de maior confiança. Para os soldados, o discurso era sempre de ânimo:

– Aguentai firmes, que a guerra está por dias. Mais uma ou duas semanas e os boches rendem-se e nós recebemos guia de marcha para casa.

E a soldadesca acreditava, ou fingia acreditar. E os homens empenhavam-se com mais algum alento na limpeza e manutenção do equipamento e das trincheiras.

Eu não gosto de falar da guerra. Em casa já todos sabem e por isso raramente se toca no assunto. Uma ou outra visita desprevenida, e ouvindo dizer que eu lá estive e que fui ferido num braço, pergunta, a querer saber como foi. Eu fico mal-humorado e calo-me. Já houve quem se ofendesse. Não se pode falar da guerra a quem nunca a viveu. Por mais pormenores que se contem do horror por que passámos, o que escuta nunca o poderá compreender inteiramente. Alguns fazem até um ar de incredulidade, como se não fossem possíveis tais atrocidades. Que exageramos para nos mostrarmos valentes. Que aquilo foi uma peluda, um passeio à França pago pelo governo. Só podemos partilhar o horror com alguém que também lá estive e viu o sangue das feridas, e ouviu os gritos dos moribundos, e enterrou a cabeça na lama para escapar aos estilhaços dos obuses e dos morteiros, que sentiu o cheiro a gás, que viu pedaços de seres humanos espalhados pelo chão e ratos a passear por cima. Por mais que deseje esquecer, é o cheiro da trincheira que me perpassa pelo nariz quando, depois da chuva, dou um passeio pelo campo. É numa árvore caída pelo vento que vejo aquele soldado atingido por um estilhaço que lhe decepou uma perna. No momento em que ouvi os seus gritos, corri para ele. Os camaradas rodeavam-no, um deles com a perna na mão, como

um objecto inútil. Aproximei-me e o soldado agarrou-se à minha farda e gritava dizendo:

– Meu alferes, diga-me que eu não vou morrer!

E eu, talvez mais assustado do que ele, dizia-lhe que não, que era só um arranhão. Morreu assim, agarrado à minha farda, como se um raio o tivesse atravessado. Foi preciso a ajuda dos outros soldados para lhe apartar os dedos agarrados ao meu dólman. Vi morrer sete dos meus homens, dois atingidos por *snipers* enquanto fumavam um cigarro, três mortos por estilhaços, um morto acidentalmente por um camarada que puxou o gatilho sem querer e um enregelado de frio quando estava de guarda a uma posição do parapeito.

O que vi morrer agarrado à minha farda era da aldeia vizinha. Quando regressei, fui visitar a mulher para lhe dar os meus pêssames pessoais, uma vez que os oficiais já lhe tinham sido dados através de carta enviada pelo Ministério da Guerra. Era uma família pobre e o soldado deixava três filhos. A mulher veio atender-me à porta do casebre onde vivia. Não me convidou a entrar. Vestia de preto. Comecei a dar-lhe os pêssames. Ela interrompeu-me com maus modos, disse-me para eu me pôr a andar e insultou-me aos gritos:

– Bandido, que me roubaste o marido!

Saí dali à pressa, não fosse a mulher atirar-me com algum pote à cabeça. Não cheguei a ir visitar os restantes familiares dos soldados mortos.

Nas trincheiras, com o hábito, tudo se me tornou indiferente. O cheiro a merda e a podridão, o gás, a pólvora queimada, a lama, a humidade, o frio, o constante atroar dos canhões. Os estrategas diziam que isso se devia à instrução militar a que cada um fora submetido antes de ir para as trincheiras e à vivência da própria guerra. Quando voltei, tudo passou a incomodar-me e qualquer coisa inconsequente me arrastava de súbito para o cenário de terror. O cheiro do estrume para adubar as terras, um tiro de um caçador às rolas, um foguete em dia de festa.

Não se pode falar de guerra a quem nunca lá esteve. Nos últimos vinte anos, tenho guardado para mim próprio as recor-

dações. Anualmente, os oficiais e sargentos veteranos do batalhão organizam um almoço. Um ano chegaram mesmo a organizar uma excursão à Flandres para rever o local onde durante cerca de dois anos viram passar a juventude e morrer os amigos e conhecidos. Não fui à excursão e dos almoços fui apenas a um, por insistência do capitão Rebelo. Chegam notícias de que são cada vez menos os que comparecem aos encontros. Morrem quase todos por doenças de pulmão devido ao gás mostarda, tuberculose e ferimentos que entretanto os debilitaram.

O meu contacto com a guerra, depois que regresssei, têm sido os livros de memórias que coleciono e que vão sendo publicados por um ou outro veterano. Tenho algumas dezenas e são de valor irregular, quer literário, quer de fidelidade aos acontecimentos. Uns são mais patrioteiros, louvando a coragem, a determinação e o valor dos soldados portugueses. Outros são mais críticos, quer ao desempenho do CEP na Flandres, quer à decisão dos políticos portugueses em arrastar o país para a guerra. Alguns livros, escritos por oficiais subalternos, limitam-se a descrever os acontecimentos do dia-a-dia nas trincheiras. Estes últimos li-os com interesse e senti que havia algures alguém que sofria como eu. Acabei por perder o interesse por esses livros e guardei-os no sótão da casa dentro de um caixote. Fi-lo, não por receio de que me desse a tentação de novamente os folhear, mas para evitar que alguma visita da casa desse com eles na biblioteca e se pusesse a falar do assunto.

Parece um contra-senso eu dizer que me é doloroso falar ou ouvir falar da guerra e estar aqui a relembra-la. É que li algures que o escrevermos sobre uma coisa que nos aflige ou incomoda é uma forma de exorcizá-la, tornando-a inofensiva. Não tenho pretensões na escrita. Além de uns poemas lamechas do tempo de estudante, passei o serviço militar a redigir relatórios e, depois disso, a instruir processos judiciais. Não seria agora, que se me encaneceu o cabelo, que me tornaria escritor. É preciso dar lugar aos novos. E tanto quanto sei e vou lendo numa ou noutra revista e jornal que cá me chegam, não falta quem queira pôr o mundo de pernas para o ar

com a literatura. Eu, por mim, contentar-me-ei em preencher umas quantas folhas de papel almaço que provavelmente queimarei quando o exorcismo estiver completo.

Às vezes, ponho-me a pensar que o nosso esforço na guerra foi em vão. Que os milhões de mortos de um lado e do outro entre 1914 e 1918 não poderão nunca ser justificados; que a perda da inocência e da energia da juventude dos que voltaram não passou de um absoluto desperdício. O mundo, de facto, não ficou melhor. Muitos pensavam que aquela seria a última de todas as guerras e que depois o mundo viveria para sempre em paz. Porque o horror foi de tal ordem, que nenhuma nação teria a partir daí coragem para iniciar um novo conflito. Vã ilusão. O mundo prepara-se para uma nova guerra, esta provavelmente bem mais terrível. A Alemanha rearmou-se e Hitler aguarda o mais pequeno pretexto para a iniciar. Uma das mais fortes razões será a de os alemães tirarem a desforra pela humilhação sofrida na primeira, ao serem obrigados a assinar o armistício. Temo pelo meu filho mais velho. Não suportaria vê-lo partir para as trincheiras, desta vez, provavelmente, para o lado errado. E o que é o lado certo e o errado? Salazar tanto é aliado dos ingleses, como simpatiza com Hitler e com a sua política nacionalista, patriótica e totalitária. Gostaria que o nosso presidente do conselho tivesse o bom senso que os criminosos republicanos não tiveram, e não caia na parvoíce de vender os nossos jovens ao estrangeiro em troca de apoio político para o regime.

Prometi à Aninhas não me referir ao nosso presidente do conselho. Ela tem receio de que a polícia política faça uma rusga à casa e encontre alguma coisa escrita comprometedora. Há três anos atrás, os mandatários políticos do Estado Novo fizeram-me uma visita de cortesia a recolherem o meu apoio. Como eu os pus no olho da rua, o mais certo é o meu nome constar agora dos ficheiros da polícia. Mas isso para mim não tem qualquer importância. Já no anterior regime, o meu nome constava dos ficheiros como anti-republicano. Agora deve constar como simpatizante ou, quem sabe, militante, do Partido Comunista. A política, que arruinou este país, não me inte-

ressa. Pelo menos esta política, em que não pode haver duas opiniões, em que não pode haver duas cores, em que todos cantam no mesmo tom: dó maior, o tom do vira e do malhão, do fado malandro e do *A Treze de Maio na Cova da Iria*.

Fiz uma pausa, a ponderar se deveria rasurar a última referência musical. Não por superstição ou temor sagrado, que os não tenho, mas por respeito às crenças do Rato. O Rato foi o meu impedido na Flandres. Depois da guerra, voltou para a França e nunca mais o vi até há dois dias ele me aparecer na quinta, de chapéu na mão, o cabelo embranquecido. Deve andar pelos cinquenta anos. É mais velho do que eu e nunca compreendi como foi recrutado, sendo casado, pai de quatro filhos e com perto de trinta anos. Em 1916, com a pressa de reunir a carne para canhão a exportar para as trincheiras francesas, o Ministério da Guerra não se deu ao trabalho de seleccionar criteriosamente os expedicionários. O critério era básico: ninguém estava dispensado, excepto, mas isso não estava na ordem de serviço, os filiados no Partido Democrático, que detinha o poder na altura, benesse extensiva a familiares, sobrinhos, afilhados e amigos.

O Rato apareceu na quinta, dizia eu, e pediu para falar comigo. Como parecia um simplório, a minha filha Inês, que foi atender a campanha, mandou-o esperar nas escadas principais da casa e foi-me avisar.

- Está ali um homem que quer falar contigo, papá.
- Era o início da tarde de um domingo e eu estava no escritório a ler.
- Quem é?
- Eu não o conheço. Diz que se chama Joaquim.
- Joaquins há muitos. Quem diabo será? Disseste-lhe que não precisamos de mais jornalheiros?
- Sim, disse. Mas ele garantiu-me que não vinha cá por causa disso.
- Então que quer ele?
- Teima em falar contigo.
- Como é o homem?
- É de meia idade, talvez um pouco mais velho do que tu.

– Homens desses há muitos.

– Ele é assim para o patego, embora não esteja mal vestido. Até traz fato e gravata.

– Será da polícia? – perguntei sobressaltado.

– Da polícia? Estou em crer que não. Eu disse-lhe para esperar lá fora. Queres que eu lhe vá dizer que não estás?

– Deixa estar. Vou saber o que homem quer. Se ele cá veio falar comigo, é porque tem alguma coisa importante para me dizer.

– De qualquer maneira, tem cuidado.

Larguei o livro, atravessei o corredor até à porta principal e vi o Rato de mãos nos bolsos encostado a um dos vasos de granito das escadas. Além do cabelo branco e de um pouco de barriga, não tinha mudado muito. O bigode penteado e enrolado nas pontas cor de graxa era o mesmo.

– Rato?... – perguntei.

– Meu alferes?...

Desci as escadas de braços abertos e dei-lhe algumas palmadas nas costas. Ele ficou de algum modo surpreendido com a recepção. Devo tê-lo afectado com as palmadas, pois ele mostrou uma careta de dor. Só mais tarde viria a saber que sofria dos pulmões.

Disse-lhe para subir e fi-lo sentar-se numa das poltronas do escritório. Ele tirou o pacotinho das mortalhas e do tabaco picado do bolso, enrolou um mata-ratos que acendeu com um fósforo e perguntou se eu era servido. Agradei e expliquei-lhe que tinha deixado de fumar. Bastara-me o fumo das trincheiras. Ele puxou uma fumaça, tossiu fortemente e isso deixou-me preocupado.

Apresentei-lhe entretanto a Inês, a minha filha mais nova, que tinha vindo do colégio passar o fim-de-semana a casa. A Inês sorriu-lhe e ele fez uma vénia com a cabeça. Pedi depois à Inês para ir dizer à Guiomar que nos trouxesse alguma coisa para beber. O Rato escusou-se, que não queria dar trabalho, que estava só de passagem para me apresentar os seus cumprimentos e que não se demorava. Disse-lhe que as visitas mereciam ser bem recebidas pelo patrão da casa, ainda para mais uma visita tão ilustre.

Daí a momentos, a Guiomar entrou no escritório a limpar as mãos ao avental, olhou incrédula para o Rato e exclamou:

– Padrinho?...

– Esta é a Guiomar, a tua afilhada – lembrei-lhe.

Ele ergueu-se da poltrona, desorientado. Ela aproximou-se, recuperando da surpresa, e exclamou:

– Padrinho, a sua bênção.

– Deus te abençoe, minha filha.

O Rato deu-lhe a mão e a rapariga beijou-a.

– Há quanto tempo não o via! Aqui todos pensávamos que lhe tinha acontecido alguma coisa.

– Afinal aqui estou. Tu cresceste desde a última vez que te vi – observou ele olhando-a de alto a baixo. – Estás uma bela rapariga, sim senhor.

– Terão vocês muito tempo para pôr a conversa em dia noutra altura – interrompi. – Sugiro que convides a Guiomar a ir a tua casa. Afinal sempre lhe deves o foliar dos últimos vinte anos.

Rimos todos, concordando que assim era, e a Guiomar perguntou o que haveria de trazer para fazer as honras à visita. Eu disse-lhe que trouxesse uma garrafa de champanhe. Do especial, com rótulo estrangeiro. Ela protestou, dizendo que não sabia qual era o especial e muito menos o de rótulo estrangeiro, ou lá o que era, e que o melhor era eu descer à adega e escolher à minha vontade.

– A tua mãezinha não te mandou à escola? – perguntei.

– Mandou sim, sr. doutor, mas só aprendi até à letra P. As outras não tive tempo de aprender porque tive de vir para aqui servir.

– Vai então tratar da tua vida, que nós cá nos arranjamos.

– Levo-lhes depois umas pataniscas.

Peguei no Rato e levei-o para a adega. Não abrimos o champanhe. Acabei por regalá-lo com um vinho branco da colheita do ano passado. Ali ficámos o resto da tarde a recordar risos e horrores, bebendo o vinho e comendo as pataniscas da Guiomar. Com o Rato poderia falar da guerra.

CAPÍTULO III

Eu estava em Coimbra quando o meu pai me enviou um telegrama a dizer que tinha sido recrutado e para voltar quanto antes para casa. A Maria, uma das nossas criadas, tinha sugerido que eu, antes de ir a sortes, fizesse promessa à Nossa Senhora do Livramento, que se venera em Formariz, Paredes de Coura, para me livrar do serviço militar. Ter sido chamado era para ela o resultado de o não ter feito.

Muitos dos meus colegas do curso de Direito tinham também recebido a carta com a guia de marcha. Antes de partirmos, alguns de nós reunimo-nos na tasca da Joaquina Cardoso a beber e a lamentar a má sorte. Cruzando informações, constatámos que os recrutados tinham na sua maioria ficha na polícia. Uns porque eram arruaceiros, outros porque eram de partidos políticos que faziam oposição ao governo, outros porque eram monárquicos. Como já disse algures, também eu tinha ficha na polícia. Logo que cheguei a Coimbra e porque me juntei a um grupo de estudantes de tendências monárquicas, a que os republicanos por mofa chamavam talassas, os esbirros não perderam tempo a identificar-me com essa facção política. E embora eu não simpatizasse com os republicanos pela sua gestão danosa do país, não tinha grandes simpatias pelos monárquicos, retrógrados e bacocos. Andava com alguns deles simplesmente porque os conhecia desde a adolescência: estudei com eles no liceu de Braga. As nossas reuniões em Coimbra eram mais de partilha de gargalos de garrafas de aguardente e de confissões e vantagens amorosas do que de conspirações políticas.

Estávamos em 1916 e, depois de o governo ter apresado os barcos alemães ancorados na barra do Tejo, a Alemanha declarou guerra a Portugal. O governo da chamada União Sagrada ordenou de imediato o recrutamento geral. Afonso Costa e sua pandilha estavam

ansiosos por mandar para a Flandres a carne para canhão portuguesa. Os ingleses, que de início torceram o nariz à oferta, acabaram por aceitá-la depois de o Afonso Costa ter andado a bajulá-los, oferecendo mundos e fundos que nunca poderia satisfazer.

Quando cheguei a casa, encontrei os meus pais bastante receosos do meu futuro. O meu pai moveu influências, mas, porque tinha antecedentes monárquicos, de nada serviram. Tinha perto de sessenta anos e, desde essa altura, creio que não voltei a ver-lhe um sorriso.

Casara tarde, com uma prima bastante mais nova, a minha mãe. Embora fosse um casamento de conveniência, conheciam-se bem e sempre se estimaram. A minha mãe, gostava ele de contar, tinha espírito de freira e estava convencida, aos trinta anos, que ficaria para tia. Num funeral de um familiar, ele viu-a e pediu-a em casamento. Ela pensou que o primo estava a brincar. Mas o meu pai falava a sério. Casaram e o meu pai trouxe-a para a Quinta de São Francisco. Eu nasci pouco depois e a minha mãe, segundo contava ele, tornou-se na mulher mais feliz do mundo.

Um dia perguntei-lhe por que casou tão tarde. Confessou-me que esteve várias vezes para dar o nó, em Lisboa, mas escapou sempre. As mulheres da capital eram quase todas umas galdérias.

– O Carlos da Maia e o João da Ega, que tinham relações privilegiadas com a classe feminina lisboeta, avisaram-me do perigo.

– O pai chegou a conhecê-los? – perguntei.

– Se cheguei a conhecê-los?

E contou como, com aqueles dois e com alguns outros do governo e do corpo diplomático, se juntavam em patuscadas e copos que acabavam quase sempre nas camas do mulherio desavergonhado de Lisboa.

– Visitavam as prostitutas? – perguntei bastante indignado.

– Ó meu filho, tu és mesmo ingénuo. Assim não terás futuro nos tribunais. Então homens da nossa posição iam às rameiras de Alfama? Não precisávamos disso. Havia-as casadas, com os maridos fora, senhoras novas, frescas e com quem se podia ter uma conversa decente. O Carlos da Maia, por exemplo, era maluquinho por espa-

nholas. Mas essas eram mesmo prostitutas. Quer dizer, iam para a cama por dinheiro. De qualquer maneira, eram prostitutas limpas, com quem se podia ter tratos sem que daí adviesse algum perigo para a saúde. Quando não havia uma casada à mão, contratávamos um grupo de espanholas. Eu não gostava muito delas. Eram demasiado tagarelas e até quando a gente estava a tentar fazer o despacho, elas falavam como se estivessem à mesa do café. Não, eu preferia as senhoras casadas. Eram mais discretas e empenhavam-se muito naquilo que se estava a fazer.

E rematava:

– Por isso, meu filho, se um dia fores viver para Lisboa, goza a vida, mas não te comprometas. Quando entenderes que é tempo de formar família, casa com uma daqui. As nossas raparigas são mais sérias e terás a certeza de que os filhos são teus.

O meu pai tinha sido deputado eleito pelo Partido Progressista. Dizia muitas vezes que o tempo que passou em Lisboa tinha sido o período da sua vida em que se sentira mais inútil. A capital destruíra-lhe as melhores intenções e propósitos. Abandonou a política pouco antes do final do século, voltou para o Norte, casou e dedicou-se a causas mais nobres, como esfolar a freguesia no escritório de advogado que abriu em Braga e a administrar a quinta.

– Este país de miseráveis, ignorantes e oportunistas não tem arranjo – comentava ele muitas vezes numa interrupção da leitura do jornal *A Monarquia* sentado na poltrona junto à lareira ou numa cadeira de lona à sombra do jardim da casa.

A Monarquia era um jornal ligado ao integralismo lusitano cujo director, o Conde de Monsaraz, fora amigo do meu pai nas andanças lisboetas. Como monárquico que era, o meu pai assinava o jornal, por lhe parecer o mais isento dos que se publicavam na altura. Os outros, dizia ele, ou eram católicos e por isso de pouco fiar, ou eram republicanos e porta-vozes do regime com que ele não simpatizava. Lembro-me de ele dizer em 1919 que o jornal, devido a greves sucessivas dos tipógrafos, uma classe ideologicamente controlada pelos republicanos, estivera cerca de sete meses sem publicação.

Quando regressei da Flandres, encontrei o meu pai bastante magro e abatido. Abraçou-me durante muito tempo, como se dessa forma conseguisse absorver todos os sobressaltos e sofrimentos por que eu tinha passado na guerra. O receio de perder o único filho fê-lo sofrer durante dois anos. A minha mãe chorava junto dele e, quando me largou, cobriu-me de beijos e de lágrimas. Queria saber tudo e, como eu era omissos, irritava-se, exigia que lhe contasse. Até que um dia o meu pai lhe pediu com maus modos para me deixar em paz. Eu não tinha vontade de contar nada. Nas primeiras semanas, andei pela quinta como um sonâmbulo, olhando as árvores e sentindo o sol, a tentar readaptar-me ao mundo onde nasci e cresci. Achava estranha a ausência do som de fundo dos canhões. Ali ouvia os pardais, o vento nas folhas das árvores ou o chiar de uma carroça na estrada. Os meus pais preocupavam-se comigo e queriam levar-me ao médico. A minha mãe suspeitava que eu andava assim por causa do casamento da Libaninha. A rapariga não quis esperar o meu regresso e casou com outro.

Um médico amigo disse-lhes que não havia remédio para o meu mal. Só o tempo cura melancolias. E foi então que o meu pai se lembrou de me oferecer um automóvel, um *Minerva* de quatro lugares fabricado em 1913 na Bélgica. Tinha-o comprado em segunda mão por bom preço aos herdeiros de um brasileiro rico falecido. Vermelho, de grandes faróis dourados à frente, foi um dos melhores carros da época, com tecnologia que só alguns anos mais tarde viria a ser generalizada pelas outras marcas. É lento, pesado, pouco económico e nada confortável, especialmente quando chove ou está frio. Na altura em que comprei o *Ford*, há cerca de três anos, os vendedores em Braga tinham-me aconselhado a desfazer-me dele. Não acedi. Continua na garagem, ao lado da velha charrete do meu pai, e o meu filho Afonso, nas horas vagas, anda à volta dele para tentar pô-lo a funcionar.

Eu largava de manhã cedo com o *Minerva*, passava na casa do Rato e, se ele não tivesse ainda saído para o trabalho da jorna, levava-o comigo. Eu praticamente não falava, atento às curvas e aos

buracos da estrada. Era o Rato que animava as viagens, a falar das peripécias da guerra. Mas não vou agora falar da guerra. Ainda tenho de contar como fui recrutado e me vi, de repente, vestido de soldado, espingarda ao ombro, a marchar ao toque da caixa e do clarim.

Face à falta de oficiais no exército, o governo ordenou a abertura de uma escola para oficiais no Porto. Foi lá onde assentei praça. Em poucos meses, saí graduado em alferes e fui destacado para Braga. Na ordem natural das coisas, um alferes de carreira demorava quatro a cinco anos a formar-se na Academia. Mas como eram poucos e tinham sido de imediato promovidos a capitães e majores, éramos os milicianos com três meses de instrução que passaríamos a fazer o serviço. A minha missão no regimento em Braga era a de preparar um pelotão de trinta recrutas para partir para a Flandres quando o comando e, antes dele, o governo, assim o determinassem. Tinha um sargento, o Rosado, com larga experiência de instrução a apoiar-me, mas quem dava a cara, ou tinha de a dar, se alguma coisa corria mal, era eu. Apresentaram-me trinta homens desenraizados das suas aldeias minhotas. Havia apenas três que sabiam ler e desses apenas um sabia escrever. Poucos sabiam o nome do Presidente da República e a maior parte pensava que D. Manuel II ainda era o rei. Não faziam a mínima ideia onde era a França e queriam voltar quanto antes para as suas terras, onde deixaram a família e os milheirais. Não queriam, como chegou a escrever o General Gomes da Costa mais tarde, «intervir numa guerra cujas causas ignoravam.» Este sentimento não era apenas dos recrutas. Era um sentimento generalizado em todo o exército. Havia um ou outro oficial que, ou por estupidez patriótica, ou por interesses de carreira, ou porque simplesmente era filiado nalgum dos partidos republicanos, tentava alentar as tropas.

Um desses era o coronel do nosso regimento em Braga. Talvez o fizesse por saber à partida de que não embarcaria para França. Todos os dias, na formatura da manhã, ele puxava pela voz esganiçada e falava do dever a cumprir, da defesa da pátria, de coragem, de abnegação e da certeza da vitória. Pintava os alemães como inimigos

da Humanidade, esses cães raivosos que invadiram a França e que eram a causa de termos de abandonar os nossos entes queridos, o nosso torrão natal, e partir para lhes mostrarmos que os portugueses derramarão com glória o seu sangue em nome da liberdade. Alguns de nós sorriamos, mas não chegávamos a comentar, não fosse haver entre nós um bufo, que o havia sempre. Vim a saber mais tarde que os discursos do coronel poderiam não ter sido inteiramente sentidos. Tinha sido dada ordem pelo ministro da Guerra, esse outro criminoso que foi o Norton de Matos, um urso vestido de coronel, que todos os comandantes de regimento doutrinassem as tropas, numa tentativa de levantar a moral e fazê-las entender que o seu sacrifício não seria em vão. Suspeito que a ordem tenha sido congeminada pelo Afonso Costa. Era ele aliás, juntamente com o João Chagas, esse biltre com ares de filósofo, que estava por detrás da declaração de guerra da Alemanha e da consequente organização da expedição portuguesa às lamas da Flandres.

Ao longo destes últimos anos, concluí que o Afonso Costa e os seus esbirros estiveram por detrás de todos os crimes políticos cometidos em nome da República. Se não é ele o autor material, é com certeza o mandante do assassinato do rei e do príncipe herdeiro em 1908. É ele o responsável por quase todos os distúrbios públicos depois de 1910, onde morreram centenas de pessoas. Foi ele o responsável pela entrada de Portugal na guerra e tem as mãos sujas do sangue de dois mil soldados que ficaram enterrados na Flandres, de cinco mil feridos, muitos deles acabando por falecer pouco depois, e de vinte mil vítimas de várias doenças contraídas nas trincheiras. E foi ele, é minha convicção, que esteve por detrás da morte do presidente Sidónio Pais, esperança de uma nação em ruínas, sem rumo e sem norte. Faleceu o ano passado em Paris, exilado e abandonado pelos que o apoiaram. Tormentos à sua alma no inferno, que deverão ser mais duros do que os de qualquer outro pecador, se é que Deus existe e é vingador.

É o Afonso Costa um dos responsáveis pela ditadura em que vivemos. Com as suas guerrilhas políticas e os seus interesses mesquinhos, os republicanos fizeram deste país uma bandalheira. E foi da

tentativa de repor a ordem em 1926 pelo general Gomes da Costa que nos saiu na rifa um ditador. Tenho de reconhecer que o nosso querido pai da pátria impôs a ordem e endireitou as Finanças. No entanto, quando olho à minha volta, continuo a ver a mesma miséria e, enquanto no tempo dos governos republicanos democraticamente eleitos podíamos denunciá-la, embora não servisse de muito, agora temos de nos calar, ou, como teme a Aninhas, ainda podemos ir parar à cadeia.

Eu, que não sou um animal político e para quem a política não é mais do que um eco longínquo, estranho esta minha prosa indignada. Regresso pois ao recrutamento e à instrução dos trinta homens que me foram confiados.

Com a colaboração do sargento Rosado, tentei transformar a amálgama de camponeses em soldados que, à voz de comando ou ao toque do clarim, obedecessem como se apenas de um único corpo se tratasse. Aprenderam a marchar, a fazer a continência, a manterem-se em sentido, a apresentar arma, a reconhecer os postos dos graduados, a fardarem-se convenientemente, de acordo com a actividade a executar, a receber ordens pessoais, a responder em sentido e a gritar «Sim, meu sargento! Sim, meu alferes!». A instrução com o armamento foi o mais problemático. O quartel dispunha de espingardas do século passado, enormes e pesadas, muitas delas de carregar pela boca e quase nenhuma a funcionar. Se funcionassem, não havia munições para o tiro ao alvo. Por isso, andávamos com eles a correr na mata de Montélios a apontar ao inimigo e a simular o tiro com a boca: Pum, pum. O sargento, que tinha passado uma temporada em Moçambique e assistiu a fogo real, explicava indignado:

– É prás, prás, e não pum, pum, seus nabos.

No início de Outubro de 1916, foi com algum orgulho que assisti ao juramento de bandeira dos homens do pelotão. Estávamos prontos para partir para Tancos e participar nos exercícios conjuntos da Divisão de Instrução comandada pelo decrépito general Tamagnini. Os recrutas não se tinham dado mal até ali. Em relação ao trabalho do campo, o que tinham de fazer não era de forma alguma pesado.

O rancho, embora sem grandes fidalguias, era abundante. Alguns chegaram a engordar. Tinham cama com lençóis e um cobertor, roupa, médico e ainda recebiam por estar na tropa. Podiam uma vez por outra sair à noite para beber um copo nalguma tasca da cidade, ou ir à Sé gastar o pré com alguma rameira. Muitos deles tinham-se até convencido, especialmente os solteiros, de que a vida militar não era assim tão má.

Descobri com alguma repulsa que a vida militar acorda o que há de pior no ser humano. Vi aqueles recrutas simples e ingénuos a tornarem-se rufias, alcoólicos, pederastas ou viciados em prostitutas.

No campo de instrução de Tancos, a boa impressão que os recrutas tinham da vida militar depressa se desvaneceu. Na enorme planície por onde se estendia o campo de treino, sem uma árvore à vista, trinta mil homens comeram pó e lama. As tendas, que formavam o acampamento imenso depressa alcunhado de cidade de Paulona, não nos protegeram nem do pó nem das primeiras chuvas do Outono. Regressámos a Braga em meados de Novembro moídos dos ossos devido à falta de condições e ao excesso dos exercícios militares. Alguém das chefias militares tinha concluído, depois de assistir aos exercícios finais, que, se fôssemos para a guerra naquele momento, teríamos morrido todos, não por sermos presa fácil do inimigo, mas por tropeçarmos uns nos outros. A táctica militar era a do tempo del-rei D. Miguel e as armas do tempo das invasões francesas. Mas a versão oficial foi outra. O ministro Norton de Matos, que lá foi ver de longe os exercícios, afirmou que as manobras em Tancos tinham sido um êxito e que os nossos soldados estavam convenientemente preparados para irem defender a pátria.

Como ainda não havia ordem de marcha, parece que por causa do transporte – os ingleses hesitaram em ceder os barcos necessários para levar as tropas portuguesas até à França –, o nosso coronel recebeu ordem para licenciar os homens até nova ordem. Cada um fez o saco e foi para casa com uma licença. Seriam as férias antes da partida. Eu também fui. Em casa, encontrei os meus pais preocupados. A não ser que houvesse uma reviravolta – e a República era rica nelas

–, estava mais que certa a minha partida para a guerra. Os soldados não o sabiam. Por ordens superiores, nunca dissemos que sim nem que não, pondo a tónica, se a isso éramos forçados, na convicção de que a guerra terminaria em breve e, se isso acontecesse, já não seria necessária a nossa partida.

Vieram uns familiares da minha mãe passar a consoada conosco e, apesar das crianças, das suas brincadeiras e da sua alegria despreocupada, havia no ar a tensão da partida. Os meus pais temiam que alguma coisa me podia acontecer na Flandres.

No dia anterior à ceia de Natal, montei o *Ruivo* e fui visitar a Libaninha, a minha noiva. Embora nos encontrássemos poucas vezes depois que fui recrutado, trocávamos correspondência regular, com troca de beijos subentendidos, palavras de amor e de saudade entre as linhas das convenções. Naquela época, não se podia dizer tudo abertamente a uma mulher, especialmente se houvesse o perigo de alguém ler o que escrevemos. As regras da sedução e o bom senso não permitiam ousadias.

Dirigi-me à Quinta de Santa Madalena, onde a minha noiva vivia com os pais, o sr. Arnaldo Fontoura e Azevedo, emigrante retornado do Brasil, e a Dona Eleutéria, brasileira de gema. Com o dinheiro ganho em São Paulo, onde singrara a vender carne, o sr. Arnaldo comprou a quinta com a casa e restaurou-a ao gosto colonial.

Toquei a sineta, uma criada veio atender-me e guiou-me até à sala de visitas. Cumprimentei a Libaninha com um beijo na mão e ela fez um gesto com a cabeça à criada destacada para nos vigiar. Apontou-me uma cadeira de palhinha e sentou-se numa cadeira de braços forrada a veludo vermelho e ali estivemos a trocar palavras de circunstância acerca do tempo, não fosse a criada escandalizar-se com as coisas que desejaríamos realmente dizer e fazer. Um dia cheguei a sugerir-lhe que falássemos em francês para a criada não perceber. Ela disse que não, pois a mãe certamente não gostaria.

– Você quando parte? – perguntou.

– Dentro de alguns dias regresso ao quartel. Há coisas a orga-

nizar. Eu não sei bem o quê. Tanto mais que os soldados estão de licença.

– E para França, você já sabe alguma coisa?

– Não, não sei. E mesmo que soubesse, compreenderás que isso é uma informação confidencial.

Ela riu-se e acrescentou:

– Você não pensará porventura que eu passaria essa informação ao inimigo.

– Ó Libaninha, claro que não. São normas militares. Não podemos revelar coisas dessas aos civis.

– Nem à noiva?

– Nem à noiva, nem aos pais, nem à esposa.

Ela ficou séria e disse:

– Se realmente você partir para França, teremos de adiar o casamento.

– Assim é.

– Queira Deus que a guerra termine e você não tenha de ir.

Ela agarrou-me as duas mãos e prendeu-as nas dela, o que fez a criada ter um leve ataque de tosse.

– Libaninha, quando tudo isto terminar, e terminará um dia, ter-me-ás aqui, se ainda me quiseres para teu marido.

– Então não haveria de querer? Que tonto que você é.

E apertou-me ainda mais as mãos nas dela, o que fez a criada tossir mais uma vez.

Eu disse-lhe o que me atormentava:

– Pode acontecer-me alguma coisa em França. Imagina se fico gravemente ferido ou sou mutilado...

– Ó meu querido Luís!

Ajoelhou-se diante de mim e beijou-me as mãos com lágrimas à mistura. A criada tossiu mais forte e exclamou:

– A menina tenha modos ou chamo a sua mãezinha.

Despedimo-nos emocionados, a Libaninha com as lágrimas a correrem-lhe pelas faces morenas.

Como ainda era cedo, decidi passar pela casa do Rato. Era um

dos melhores soldados do meu pelotão e só tinha pena que fosse analfabeto. De outro modo, tê-lo-ia sugerido para o curso de cabos. Mesmo assim, nomeei-o meu impedido. Tratava-me do fardamento, preparava-me o café e o chá e fazia-me todos os recados dentro e fora do quartel.

Atendeu-me a mulher à porta, rodeada de vários miúdos. Con-tei três e pareceu-me que andava grávida de outro. Disse-me que o marido tinha ido desentulhar um poço e que só regressaria à noite. Pedi para o informar que passasse na quinta, pois tinha uma coisa para lhe dar. E para ter a certeza de que ele lá iria, expliquei que era uma pequena oferta para a consoada. A pobre mulher agradeceu-me muito, prometendo que ele lá passaria no dia seguinte.

CAPÍTULO IV

Iniciou-se um novo ano, passaram-se três meses desse novo ano e a guerra não terminava. Aquilo que seria, segundo os políticos e os estrategas militares, resolvido em pouco mais de dois meses, arrastava-se há quase três anos. Em finais de Janeiro de 1917 partiram para a França os primeiros batalhões portugueses. Alguns oficiais tinham partido em Dezembro, uns para Inglaterra, outros para França, com a finalidade de receberem instrução especializada na guerra de trincheiras. Como eu era de infantaria e não necessitava de grandes especializações, não fui convocado. Em Abril, o regimento a que eu pertencia recebeu ordem para preparar o batalhão expedicionário para a partida. Os soldados foram convocados um a um. Apareceram no quartel muito desmotivados, depois dos meses de inactividade militar. Alguns já não sabiam marchar coordenados com o resto do pelotão e tinham esquecido muitas das regras de caserna. Para evitar deserções, não foram permitidas licenças a casa nos dias que se seguiram. Quem quisesse despedir-se da família, poderia fazê-lo no dia da partida, junto da estação dos caminhos-de-ferro.

Eu pedi um dia para ir a casa despedir-me dos meus pais e foi-me autorizado. O Rato, sabendo disso, suplicou-me que eu lhe passasse em casa e avisasse a mulher. Ela sempre poderia vir despedir-se dele à estação com os miúdos. Eu assim lhe prometi e assim fiz. Não me custava nada, aliás, pois a casa dele ficava próxima da Quinta de Santa Madalena, onde eu tinha de ir para me despedir da Libaninha, e esta por sua vez não era muito longe da minha casa.

Foi o último dia que passei com os meus pais antes de partir. Cheguei a meio da manhã, no transporte público, uma carroça com oito lugares puxada a cavalos. Os autocarros ainda não estavam vulgarizados. Creio até que não os havia ainda em Portugal. A primeira vez que vi um foi em França.

À minha espera na paragem estava o meu pai com a nossa charrete. Portugal, em 1917, vivia tecnologicamente no século passado e mentalmente no século dezassete, ou até mais para trás. Eram muitas as minhas dúvidas quanto ao nosso desempenho na guerra e partilhei-as com o meu pai durante a viagem até casa. No momento em que fazia parar os cavalos junto à escadaria, o meu pai disse:

– Talvez esta guerra, apesar de tudo o que representa de mau e de terrível, possa trazer a este país de sol tão obscurecido pela ignorância e pela miséria dos pequenos e pela depravação dos grandes, a luz do desenvolvimento. Só por isso, meu filho, já terá valido a pena.

O meu pai tentava encorajar-me, fazer-me acreditar num objectivo aceitável. Não era o discurso que se ouvia, patriótico e desprovido de sentido, dos generais e dos políticos, como uma proclamação desse caquético general Tamagnini, em que justificava a nossa partida para a guerra pelo facto de a honra dos portugueses ter sido ultrajada pelos inimigos. Ora, qualquer um sabe que quem ofendeu os alemães foi o governo português ao apresar os navios na barra do Tejo, levando à consequente declaração de guerra. Se tínhamos realmente que lutar, lutássemos em África, onde os nossos territórios e as populações eram directamente atacadas pelas forças alemãs. A defesa da pátria era aí e não na Flandres, como tanto proclamava o governo e as chefias militares, seus porta-vozes nas casernas. Era comum ouvir-se dizer que a pátria estava em perigo e que era nosso dever ir defendê-la à França. O Rato, um dia, antes de partirmos, quando me entregava as botas engraxadas para eu calçar, perguntou-me como podia isto ser. Como podíamos nós ir defender a nossa terra na terra dos outros.

– E se a nossa terra fosse mesmo atacada? Pelos espanhóis, por exemplo. Como podemos nós defendê-la se estamos longe, lá na França, que não sei bem para que banda fica?

Evitei dar-lhe a minha opinião, que certamente lhe acirraria a sua costela de céptico, e por isso limitei-me a dizer-lhe que talvez o governo soubesse que os espanhóis nunca nos atacariam. Ele não se sentiu lá muito convencido com o que lhe disse, mas não insistiu. Comentou que os camaradas mais novos queriam saber por que

razão tinham de ir para França lutar na terra dos outros. Que lhe perguntavam e que ele não sabia o que lhes havia de dizer.

– É que, meu alferes, eles não percebem o que diz o nosso coronel, e o nosso major, e o nosso capitão. Eles não entendem por que têm de deixar a terra, a família, os campos, o emprego, para irem defender o que não é deles. Corre até o boato de que o Afonso Costa recebe uma libra dos ingleses por cada soldado que enviar para a França. Será verdade, meu alferes?

O Rato, sendo o soldado mais velho do pelotão, era uma espécie de pai para os rapazes. Alguns, apesar de casados e com filhos, tinham ainda comportamentos infantis e uma vez por outra choravam a sua má sorte por terem sido recrutados, quando lá na aldeia outros, solteiros e sem responsabilidades familiares, ficavam no bem bom, por serem afilhados do regedor ou sobrinhos do barbeiro. Era o Rato, com a sua sabedoria campestre, com a sua perspicácia e inteligência, com a sua delicadeza rústica que os animava. Para evitar conflitos e invejas, nunca demonstrei diante dos outros a minha admiração ou o meu favoritismo. Mas os outros sabiam que eu o respeitava e por isso acharam natural que eu o tivesse escolhido para meu impedido. Para eles, o Rato fazia a ponte entre o comando e o soldado raso e sabiam que poderiam contar com ele para meter pedidos, cunhas, influências. E eu, sem que eles tivessem bem consciência disso, lá ia acedendo aos pedidos, às cunhas, às influências, sem nunca ter ido contra o regulamento. O nosso povo tem o vício ancestral da cunha. Imaginando de antemão que não poderá, pelas vias legais, alcançar o que pretende, serve-se da cunha. E para tudo a utiliza, mesmo quando desnecessário. Simplesmente porque não acredita na justiça, nas leis e nos regulamentos. Isso, pensa o povo, é para os ricos, os poderosos. O pobre só sobrevive com a cunha. Alguém escreveu que a cunha em Portugal é uma instituição pública. E no exército, mais do que em qualquer outro sítio, se confirma tal asserção.

Um soldado rasgava umas calças da farda e, em vez de se deslocar ao serviço de fardamento e simplesmente solicitar umas novas, preenchendo ou assinando uma requisição, pedia ao Rato para este

me vir dar uma palavrinha, para eu depois dar uma outra palavrinha ao responsável pelo serviço de fardamento. De início, arreliei-me. Mas como de nada me serviu e para não dizerem que eu era inflexível, fui acedendo a ser actor desta comédia.

O nome verdadeiro do Rato, como atrás ficou já dito, é Joaquim Domingues. Rato era uma alcunha e ele preferia que o tratássemos por ela. Na tropa, cada soldado era tratado pelo nome da terra donde vinha. O Rato era o único com tratamento especial. Os sargentos e os oficiais tinham direito ao tratamento por apelido. Mas todos sabíamos que a cada um fora atribuída uma alcunha. O Rato, depois da guerra e a meu pedido, acabou por me dizer qual era a minha: o Infeliz. Nas minhas costas, todos os soldados do pelotão me tratavam por Infeliz. Não era má de todo, se a compararmos com a do sargento-ajudante da companhia, conhecido por o Caga-Baixo, ou pela do capitão, o Mija-Forte.

Um dia perguntei ao Rato donde lhe vinha a alcunha. Disse-me que lhe vinha da infância. Os outros rapazes, porque ele era de compleição miúda e muito eficaz no assalto à fruta, não havendo muro, rede, arame farpado ou silvedo que o impedisse de entrar, botaram-lhe Rato. Assim ficou. E ele não desgostava.

A memória, quando espicaçada, assemelha-se a um rio que transborda e inunda as terras à volta. A água barrenta espalha-se irregularmente pelos campos e pelos matos e pode ou não chegar às habitações. A memória inunda o papel almaço em gatafunhos apressados e só tarde me dou conta quão longe chegou a água das palavras.

Volto ao momento em que eu e o meu pai descemos da charrete e subimos as escadas. A minha mãe aguardava à porta. Abracei-a e entrámos para o almoço. Era a última refeição em família. Teria de voltar para Braga ao fim da tarde. Estivemos à mesa praticamente em silêncio. O meu pai abriu à sobremesa uma garrafa de porto que devia ter mais de cinquenta anos para fazer um brinde.

– Ao teu regresso, vivo e com saúde, o mais brevemente possível – exclamou ele levantando o cálice.

Juntámos os três cálices num único entrecocar de vidro.

Depois do almoço, fui ao meu quarto. Escolhi alguns livros para levar, seleccionei alguma roupa civil, especialmente peúgas e roupa interior, e meti tudo numa mala de viagem. Recordo-me de ter metido uma pequena edição de *Os Lusíadas*, o *Só* de António Nobre, a *Jornada Romântica* do João Grave e o *In Illo Tempore* do Trindade Coelho. Estava hesitante em levar este último. Acabei também por metê-lo entre as cuecas. Era uma maneira de recordar Coimbra.

Pensei em despir a farda e apresentar-me mais à vontade na visita que fazia à Libaninha. Olhei-me ao espelho, o bivaque na cabeça, a farda naquele tecido grosseiro entre o cinza e o azul, as botas pretas reluzentes engraxadas pelo Rato, as polainas, o cinturão de couro onde se prendia o coldre com a pistola que eu não levava, por ser proibido sair de licença com ela. Decidi ir mesmo assim. Afinal eu era um soldado e ela talvez gostasse de me ver naqueles preparos. É costume dizer-se que as mulheres adoram ver os homens fardados. Aí estava uma boa altura para comprovar a asserção. Mas a razão principal de eu me decidir a sair fardado era de ordem mais prática: quando regressasse, não teria tempo para me voltar a fardar, operação que levava o seu tempo, especialmente na colocação das faixas de tecido à volta das canelas.

O ti Felício trouxe-me o *Ruivo*, que pareceu satisfeito por me ver. Fiz-lhe umas festas no pescoço e montei. A viagem foi ligeira, com o cavalo a trote. À volta, os campos cobriam-se de verde, amarelo e violeta. Senti uma súbita vontade de correr por entre as flores e rebolar nelas com a Libaninha nos meus braços.

Desci do cavalo, atei-o à argola do muro, puxei o arame da campainha da casa, junto à estrada, e aguardei que viessem atender. Apareceu à porta, no cima das escadas, uma rapariga que eu não conhecia vestida de criada. Ela voltou para dentro e daí a pouco mandava-me subir. Fui recebido pela Dona Eleutéria, a mãe da Libaninha, que se mostrou surpreendida ao ver-me fardado.

– A criada me contou que estava aí um polícia para falar com Libânia e eu quase piquei meu dedo com o susto. Afinal era o menino Luís – disse ela no sotaque brasileiro que era menos doce do que afectado.

Olhou-me de alto abaixo e acrescentou:

– A farda lhe fica bem, menino Luís. Parece mais homem.

– É muita bondade da sua parte, senhora Dona Eleutéria.

A Libaninha apareceu na sala de visitas pouco depois. Tinha estado certamente a arranjar-se para receber o polícia. Quando entrou, pareceu-me que estava mais vestida para ir a um baile do que para se despedir do noivo que partia para a guerra. Ao beijar-lhe a mão que ela me estendeu, eu disse-lhe que estava muito elegante e que seria uma bela recordação que levaria comigo para França. A mãe não deve ter achado graça ao meu galanteio e interrompeu-nos perguntando à filha se não me oferecia nada para beber: um vinho fino, uma aguardente, uma chávena de chá. A Libaninha ficou um tanto atrapalhada e eu disse-lhe que não queria nada, obrigado.

– O Luís fica muito bem de farda – disse ela depois de nos sentarmos, eu na minha cadeira do costume e ela noutra. A cadeira de braços estava ocupada pela mãe, que pegou na agulha e no tecido e retomou o bordado interrompido.

Caiu sobre nós um silêncio perplexo. A Libaninha olhava-me de relance para depois fixar a vista nas mãos que esfregava com nervosismo. Aos domingos à tarde, quando eu vinha de Coimbra, o que não acontecia sempre, o nosso namoro era muitas vezes passado assim: a mãe a fazer bordado, ou, na falta desta, uma criada postada de vigia, e nós à frente um do outro a trocar frases soltas e longos silêncios entre elas. Trocávamos olhares impacientes. Às vezes, a minha vontade era levá-la dali e irmos correr pelos campos. Chegou a acontecer, sobretudo quando estava bom tempo e conseguíamos ludibriar a vigilância.

– Você sabe quando parte? – perguntou ela a dada altura.

– Dentro de dois dias.

– Dentro de dois dias? Por que você não me escreveu avisando?

– Eu escrevi. O mais provável é a carta ainda estar a caminho. Foi enviada ontem. Só ontem, aliás, é que soubemos da data certa. Eu nem sequer tinha esperança de poder vir a casa despedir-me dos meus pais e de ti. O comandante do Regimento acabou por me autorizar a fazê-lo.

A Libaninha ergueu-se da cadeira e pôs-se a andar à volta da sala, repetindo:

– Você vai partir? Ai meu Deus, que será de mim!

A mãe interrompeu o bordado de uma rosa branca na ponta do tecido, olhou a filha e exclamou:

– Pára com isso, menina, que me desconcentra. Já dei um ponto errado.

Depois, voltou-se para mim:

– Mas por que não nos avisou mais cedo, menino Luís? Sempre o receberíamos de outra maneira. O senhor meu marido ficará muito aborrecido quando souber. Ele gostava de se despedir de você e lhe dar algumas recomendações. Afinal, se Deus quiser, ele será o seu sogro. Desafortunadamente, foi a Vila Verde negociar umas pipas de vinho e só regressa muito depois das trindades.

Fiquei um pouco atrapalhado com a reacção das duas mulheres. As explicações que lhes dei não foram suficientes. Pareciam estar a culpar-me do sucedido. Ergui-me e disse-lhes no tom mais natural que me foi possível naquele momento:

– Minhas senhoras, se me dão licença, retiro-me. Ainda tenho alguns assuntos a tratar antes de partir. Lamento a situação. Creiam que não foi intenção minha criá-la. Se me permitem...

A Libaninha, ao ver a minha reacção, pôs-se a chorar. Eu aproximei-me da porta, retirei o bivaque do bengaleiro e, enquanto o colocava na cabeça, ela aproximou-se e abraçou-me, dizendo que me amava e que não suportaria a minha ausência. A mãe ergueu-se, deixou cair o bordado e pôs-se aos gritos:

– Libânia, tenha modos! Se afaste imediatamente de seu noivo! Uma menina de princípios não se comporta dessa maneira!

Mas a Libaninha não me largava e apertava-me com mais força, a molhar-me a face com as suas lágrimas.

– Libânia! – insistia a mãe – Largue imediatamente o seu noivo, ou vou contar ao seu pai e ele acaba-lhe depressa com os calores.

Eu afastei-a um pouco de mim e beijei-lhe a testa. Ela beijou-me na boca e foi então que a Dona Eleutéria perdeu a cabeça.

Ordenou que eu me pusesse no olho da rua, que ali era casa de gente séria e respeitável, e mandou a Libaninha para o quarto. Eu bati a mão na pala do bivaque em forma de cumprimento – seria cavalheiro até ao fim – e saí. No regresso, em cima do *Ruivo*, fui pensando que eu e a Libaninha tínhamos, sem querer, rompido o noivado. E o meu vaticínio não estava errado. Das muitas cartas posteriores que lhe enviei já em França, uma delas a pedir que comunicasse as minhas sinceras desculpas à Dona Eleutéria pelo incidente, recebi resposta apenas a uma. Era lacónica: «Excelentíssimo senhor alferes Luís Vasques, venho por este meio solicitar que deixe de me escrever, pois não é do agrado e nem do consentimento dos meus pais a continuação do nosso noivado. Subscreve-se com os melhores cumprimentos, Libânia Maria Perrini Fontoura e Azevedo.» Senti que por detrás da letra redonda da Libaninha estava a voz da mãe. Quebrei as convenções, ou fui permissivo a que elas se quebrassem e isso, na sociedade portuguesa, católica, moralista e hipócrita da época, era imperdoável. Foi muito duro ter perdido a noiva.

Ao entrar no portão da Quinta de São Francisco, lembrei-me de que não tinha passado na casa do Rato. Puxei as rédeas ao cavalo e voltei atrás. Dois miúdos brincavam à porta e assustaram-se quando me viram.

– É um polícia – disse um deles. – Foge, foge!

Desapareceram e fiquei ali, a olhar, a ver se algum entretanto tinha a coragem de aparecer.

Um deles acabou por espreitar a medo na esquina da casa.

– Anda cá, rapaz – disse-lhe eu. – Vai chamar a Dona Vicência.

– Sim, senhor.

– O miúdo correu para o interior da casa e daí a pouco aparecia à porta a esposa do Rato, uma mulher avantajada e, pela barriga, quase no fim do tempo de gravidez. Quando viu ali um homem fardado, assustou-se, temendo más notícias.

– Boa tarde, Dona Vicência – cumprimentei.

Ela pôs a mão em pala sobre os olhos por causa do sol que lhe batia de chapa e, ao reconhecer-me, disse:

– Mas é o menino Luís!

- O seu marido pediu-me para passar por cá.
- Aconteceu alguma coisa?
- Não, está tudo bem. Não precisa de se preocupar.
- Entre, entre, menino. Isto é uma casa de pobre, há-de desculpar. Mas sempre haverá um mocho para se sentar um cibo.

Desci do cavalo, preendi as rédeas a um pé de videira encostada à parede, tirei o bivaque e entrei. Aquilo não era propriamente uma casa. Era um pardieiro de telha vã, sem tecto, por onde entrava o vento e, muito provavelmente, a chuva virada a norte. A única divisão servia de quarto de dormir a cinco pessoas, de cozinha, de sala-de-estar, de sala de jantar, de capoeira a uma dúzia de galinhas e de toca a meia dúzia de coelhos. A retrete devia ser no quintal traseiro, entre as couves.

Uma miudita loira estava a descascar batatas.

– Esta é a minha Evangelina. Saúda aqui o menino Luís, rapariga!

– Boas tardes, menino Luís – disse a miúda, bastante corada.

Sentei-me num pequeno mocho junto à lareira apagada e a Dona Vicência sentou-se pesadamente numa cadeira que já tivera melhores dias. Os dois miúdos, curiosos, sentaram-se no chão, a alguma distância.

– Ó Delmiro – chamou a mãe –, vai buscar a garrafa de aguardente que ali está debaixo da cama grande e arranja uma tigelinha limpa para dar de beber aqui ao menino Luís.

Eu não tive coragem de recusar. A garrafa estava quase no fim. O miúdo conseguiu encher praticamente a tigela até aos beiços e deu-me muito a modo para não entornar o conteúdo no chão. Eu tomei-lha da mão e fui bebericando. O sabor a bagaço soube-me bem e, depois do desastre que foi a visita à Libaninha, senti a cólera apaziguar-se.

– É a garrafa do meu homem. Eu não bebo. Pode fazer mal à criança.

E fez uma festa no ventre.

– Ele gosta de beber um golito à noite, antes de adormecer – acrescentou. Bebe até pelo gargalo. Não chegou a acabá-la porque foi chamado há dias para se apresentar no quartel.

Tive um ataque de nojo momentâneo ao saber que estava a beber a aguardente babujada do Rato. Disfarcei a minha repulsa, para não ofender mais ninguém naquele dia, e bebi a tigela até ao fim. O álcool mata os micróbios, pensei. Mais tarde, na trincheira, haveria de habituar-me a beber o rum babujado por cento e cinquenta soldados.

– E como vão as coisas, Dona Vicência? – perguntei.

Ela contou-me que, desde que o Rato foi chamado para a tropa, começaram a ter problemas económicos. O dinheiro não chegava para alimentar a família. Ele ainda trabalhou alguns meses depois de vir de Tancos, mas voltou a ser chamado e agora ela não sabia como que haveria de pagar o aluguer da casa e dar de comer aos filhos. Enquanto não nascesse a criança, não podia trabalhar como antes. Os lavradores das redondezas não gostam de contratar mulheres grávidas, pois comem muito e fazem pouco. Ela não podia contar grande coisa com a família, pois os irmãos e os cunhados eram tão pobres como ela.

– Deus queira – acrescentou –, que o meu homem não vá para a guerra e o deixem voltar para casa.

Eu senti-me numa situação delicada, como se tivesse de dar a notícia da morte de um familiar a alguém. Acabei por lhe dizer que infelizmente partiríamos daí a dois dias. A Dona Vicência olhou os filhos, deixou correr uma lágrima e perguntou por que razão o marido não tinha ido despedir-se. Expliquei-lhe que nenhuma das praças estava autorizada a sair do quartel, para evitar as deserções, mas que, se ela quisesse, poderia ir despedir-se dele no dia da partida na estação de caminhos-de-ferro. Ela declarou-me que não podia deixar os filhos sozinhos e que no seu estado era um grande incómodo fazer a viagem por esses maus caminhos até Braga.

Tive de lhe dar razão. O Rato não podia exigir à mulher que fizesse aquele sacrifício. Se tivesse sabido, teria solicitado ao comandante autorização para que o Rato o pudesse acompanhar. Afinal ele era meu impedido e esse facto poderia servir como argumento. Mas já não havia nada a fazer.

Poisei a tigela vazia sobre o mocho e procurei a carteira no bolso

interior do dólman. Retirei todo o dinheiro que tinha e dei-lho. Não sei quanto era, mas devia ser o suficiente para a família viver sem grandes necessidades durante dois ou três meses. Ela quis recusar, mas eu disse-lhe, mentindo, que tinha sido o marido a pedir-me para lho entregar. Seriam as economias que ele me tinha pedido para guardar e entregar à esposa caso fosse para a guerra. Ela acreditou, ou pelo menos assim o pareceu, e quase me abraçava. Disse-lhe entretanto que no dia seguinte mandasse à quinta o miúdo mais velho, o Delmiro, pois o meu pai estava a precisar de alguém que lhe tomasse conta do pombal. Ele poderia lá ficar como criado, se quisesse, e ir à escola. A Dona Vicência ficou muito contente com a notícia e acompanhou-me à porta.

Desatei as rédeas da videira e montei o *Ruivo*. Era um pé de videira grosso e antigo, por onde passaram anos e anos de seiva que deram a beber a duas ou três gerações. Saudei a Dona Vicência com a continência e guiei o cavalo para casa. Ainda a ouvi dizer:

– Nosso Senhor o guarde.

Os miúdos correram alguns momentos atrás do cavalo, acabando por desistir quando apressei o passo, pois começava a ficar tarde.

Despedi-me provisoriamente dos meus pais – eles prometeram estar no dia da partida na estação de caminhos-de-ferro para me darem o último abraço – e voltei para Braga. Disse entretanto ao meu pai que no dia seguinte o filho mais velho do Rato se apresentaria na quinta e pedi-lhe que o acolhesse e lhe desse ocupação. O meu pai ficou um pouco surpreendido com o meu pedido. Expliquei-lhe que estava em dívida para com o Rato, que era meu impedido e que partiria comigo para França. Ele sorriu.

– Com que então um pacto de sangue! Um por todos e todos por um.

– Não é bem por causa disso – respondi. – A verdade é que, enquanto ele estiver por perto, terei a certeza de não me espetarem uma baioneta nas costas. Ele é rápido e tem boa pontaria.

– Esperemos que seja também suficientemente rápido a evitar os tiros.

Estava um fim de tarde muito agradável. As macieiras en-

chiam-se de flores cor-de-rosa, os batatais estavam viçosos e as latadas mostravam já pequenos cachos com os bagos entre as parras ainda por limpar. O mês de Abril ia um tanto seco, o que era bom para a fruta e para o vinho. Por altura das colheitas, não restariam senão velhos, mulheres e crianças. Os que não foram recrutados e que pertenciam ao Partido Democrático, metidos nos gabinetes de funcionários públicos, não sujariam as mãos com o mosto.

Era a última vez que via a aldeia até ao meu regresso da guerra. Ou provavelmente a última, se eu não regressasse. Mas isso não me preocupava, pelo menos naquele momento. As cores da paisagem e o cheiro dos campos fizeram-me sentir, pelo menos enquanto não chegava ao quartel, bem comigo e com a terra.

Não consegui chegar a tempo de jantar na messe do quartel. Fui comer umas iscas de fígado na tasca junto ao Arco da Porta Nova. Encontrei lá o capitão Rebelo, o Mija-Forte, a beber com o alferes Coutinho e o alferes Nogueira, oficiais da minha companhia, e dois outros da segunda companhia que não interessa aqui citar o nome. Soube por eles que no dia seguinte faríamos uma marcha com equipamento completo até ao Bom Jesus do Monte.

– Foram as praças que requereram ao comandante – informou o capitão num sorriso trocista. – Querem pedir ao Cristo que os poupe na guerra.

– Esperemos que nenhum fuja – disse um dos oficiais da segunda companhia levando a malga de vinho tinto ao bigode.

Nenhum fugiu. O desprezo que os oficiais, em geral, tinham pelos seus subordinados revoltava-me. Como podiam eles comandar homens em quem não confiavam ou que tratavam como diminuídos mentais? Na Flandres, quando elas começaram a doer, quem realmente deu provas de coragem, de renúncia e de altruísmo foram os pobres diabos ignorantes roubados às serras, aos lameiros e às campinas deste país. Quem fugiu, quem arranjou uma unha encravada ou um padrinho para ser destacado para a retaguarda, foram aqueles que deveriam ter dado o exemplo.